



GT 33. Enlaces e emaranhados: antropologia, etnografia e culturas populares

Coordenador(es):

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Sessão 1 - Cultura Popular: narrativas e interpretações

Debatedor/a: Renata de Sá Gonçalves (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2 - Cultura, Folclore e Patrimônio

Debatedor/a: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Debatedor/a: Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

O grupo visa investigar diferentes construções discursivas nos estudos das culturas populares. Busca alargar nossa compreensão de tais estudos ao refletir sobre os enlaces e emaranhados existente entre literatos, antropólogos, estudiosos do folclore, promotores de festejos e de folguedos e demais agentes que ajudaram a um só tempo a conhecer novas realidades e a produzir visões mais ou menos canônicas a seu respeito. Desde os anos 1980, a experiência etnográfica reconfigurou-se na antropologia com a associação mais crítica da pesquisa de campo a sua resultante apresentação escrita. Questionaram-se hierarquias entre pesquisadores e sujeitos enfocados; reconheceram-se estratégias narrativas e recursos ficcionais nos textos produzidos. Com esse ponto de partida, enfocamos a presença da perspectiva etnográfica nos estudos antropológicos das culturas populares, problematizando seus enquadramentos conceituais - arcaísmo, primitivismo, sobrevivência; cooptação, resistência, resgate; dinâmica, circuito ou patrimônio culturais; conhecimentos e territórios tradicionais, entre outros. Por culturas populares entendemos um ambiente sociocultural heterogêneo com especificidades históricas, regionais, religiosas, étnico-raciais, no qual estão em jogo mediações, inovações e múltiplas redes de relação e trocas culturais, distintas formas rituais e expressivas. Trata-se, entretanto, de focar especialmente os registros documentais e a produção bibliográfica resultante de tais estudos.

Patrimonializações e concepções sobre gêneros de música/dança: os casos do samba de roda e do forró

Autoria: Carlos Sandroni (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)

A expressão "patrimônio cultural imaterial" (PCI) foi desenvolvida ao longo de debate internacional, nos anos 1990, como uma nova categoria a afetar domínios de expressão coletiva antes referidos como "folclore" e "cultura popular". As novas políticas culturais sob a égide do PCI possibilitam observar efeitos do que I. Hacking chamou de "nominalismo dinâmico": o modo como regiões da vida social são transformadas, em relação com mudanças em maneiras de concebê-las e administrá-las, expressas sinteticamente em mudanças de nomes. Discutirei estes temas a partir dos casos do samba de roda e do forró, que passaram/passam por momentos de redefinição em sua relação com a sociedade através do reconhecimento como PCI. No caso do primeiro, veremos que o estatuto da categoria "samba de roda" é dúbio: no recôncavo baiano, em inícios do século XXI, é raro usar a expressão fora da política patrimonial, sendo usual referir-se antes ao "samba" (qualificado às vezes como "samba-chula", "samba-corrído" etc., mais que como "de roda"). "Samba de roda", então, aparece no discurso metacultural (no sentido de M. C. da Cunha) pelo avesso da hegemonia nacional do samba carioca, onde "samba" "tout court" era o que se fazia nos desfiles



de carnaval e nas ondas do rádio. A patrimonialização vem reforçar a estabilidade do 'samba de roda', com consequências que restam por avaliar. O contexto da patrimonialização e das disputas em torno do forró é diferente. A expansão comercial pós-1990 ligada ao termo não vem acompanhada, como no caso do samba, de uma aura 'cultural' (M. C. da Cunha) ou nacional-popular (embora seja nacional e popular em novos sentidos, vide R. Ortiz). A mobilização patrimonial foi neste caso motivada por deslizamentos de sentido, onde 'forró' se tornou mais rentável ao afastar-se de forrozeiros tradicionalistas. Estes, em reação, se organizaram, pressionaram o IPHAN (na melhor escola do protagonismo dos detentores, proposta na literatura do PCI) e obtiveram a abertura de um processo de patrimonialização. Que não se deu em torno do 'forró' em geral, como se pretendia originalmente, e sim de suas 'matrizes tradicionais'. A formulação possibilita escapar da expectativa de um 'credenciamento' da palavra em contexto de disputas, fora das atribuições do IPHAN. A patrimonialização ajudou a fortalecer o 'samba de roda' como entidade compacta, representada por associação corporativa que transcende micro-variações em que é fértil o recôncavo. No caso do forró, traz à tona músicas de rabecas, oito-baixos e pífanos, alargando e dando mais visibilidade ao campo do forró tradicionalista. Em ambos os casos, o reconhecimento social como 'patrimônio' ativa a dinâmica entre palavras e coisas, entre culturas com e sem aspas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: